

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

Faltaram, justificadamente, os membros Professor Joaquim Rodrigo Matos Ferreira Pinto Pereira e o Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, sendo substituídos, respectivamente, por Professor Sérgio Miguel Cardoso de Almeida e Sousa e Marcos Jacinto de Almeida Matos.-----

Faltou justificadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura.--

**HORA DE ABERTURA:-** Eram quinze horas e trinta minutos quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

**PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----**

**HORA DO PÚBLICO:-----**

Não foram registadas quaisquer intervenções.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**APROVAÇÃO DAS ACTAS:-----**

Seguidamente foi colocada à discussão a acta da sessão ordinária, do dia vinte e sete de Fevereiro, do ano de dois mil e cinco, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocado a mesma à votação, tendo sido **aprovada , por maioria, com cinco votos de abstenção, sendo um voto da Senhora Doutora Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira, e quatro votos dos membros Senhores Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso, Engenheiro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso, António Joaquim de Almeida Correia e o Secretário da Junta de Freguesia de Felgueiras, por não estarem presentes na sessão anterior.**-----

**LEITURA DE EXPEDIENTE:-----**

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

**Circular n.º 30/2006 – TC enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, respeitante a remunerações, compensações para encargos e senhas de presença dos Eleitos Locais para 2006 – Para conhecimento.**-----

Tomado conhecimento.-----

**- Circular n.º 48/2006 – PB enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a reafirmar as posições assumidas sobre a Lei n.º 12/2004, de 30/03, que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais – Para conhecimento.**-----

Tomado conhecimento.-----

**VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura da **PROPOSTA** apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Resende que a seguir se transcreve:-----

**“PROPOSTA:** Tendo em conta a importância social cultural e económica do fenómeno do futebol nos nossos dias, especialmente no que concerne à Selecção Nacional de todos nós,-----

**Propõe-se** que durante o próximo Mundial de Futebol a Câmara Municipal coloque ao dispor de todos os Resendenses um **Ecran Gigante na Praça do Município**, para podermos visualizar em comunidade os jogos da nossa selecção.-----

Se existirem as condições necessárias para que esta proposta possa tornar-se numa realidade,

a vitalidade da nossa sede de Concelho sairá a ganhar a vários níveis, mesmo em termos do dinamismo económico respeitante ao comércio local.-----

Proponente,-----

Grupo da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata.-----

(José Oliveira Monteiro)-----

Resende, 28 de Abril de 2006.”.-----

**Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----**

**A Líder da Bancada do Partido Socialista:** “Saúdo a todos os presentes. Parece-me que a Câmara tem outras necessidades mais prementes. O País não pode funcionar assim. Trata-se de um luxo que implica custos elevados para a Câmara.”.-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Miomães:** “O local onde eventualmente poderia ser colocado esse ecran, teria que ser bem estudado, porque com o comércio é preciso cuidado. Não podemos abranger a Vila num todo e o lugar pode dar alguns privilégios a certos comerciantes.”.-----

**O Senhor Presidente da Câmara:** “Estamos a falar de custos significativos. Há uma ideia que está no ar e que poderá ser concretizada. Com a abertura do Auditório poder-se-á assistir aos jogos de futebol. Lá temos todas as condições, uma vez que até tem ar condicionado, e os custos serão reduzidos. Ficará de pé a ideia para ser naquele edifício. Relativamente ao Ecran, já pensamos nisso, mas o valor fica à beira de cinco mil contos.”.-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta à votação tendo a mesma sido reprovada com doze votos a favor da Bancada do Partido Social Democrata, vinte e dois votos contra da Bancada do Partido Socialista e um voto de abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere.-----**

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura da PROPOSTA apresentada pelo Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista, cujo teor se transcreve:-----**

“Considerando que:-----

- Há mais de 20 anos que as instalações do **Centro de Saúde de Resende** não reúnem as condições mínimas, necessárias e indispensáveis, quer quando funcionava no antigo hospital, quer actualmente, tanto para os Utentes como os Profissionais de Saúde;-----

- Apesar do que acima ficou dito, a autarquia só logrou adquirir o terreno para a construção de um novo Centro de Saúde em 2000;-----

- Os XV e XVI Governos Constitucionais ignoraram quer as suas responsabilidades nesta matéria, quer a necessidade mais elementar dos Resendenses – o acesso aos cuidados de saúde – chegando mesmo a impor como condição, para a realização daquela obra, que a autarquia comparticipasse com metade do valor da mesma;-----

- O XVII Governo Constitucional, contrariamente aos anteriores executivos, logo que tomou posse, não obstante a conjuntura económica e as restrições à despesa pública que vem praticando, previu em PIDAC as despesas inerentes à construção do novo Centro de Saúde de Resende promoveu o respectivo concurso, a posterior adjudicação encontrando-se a obra já em curso;-----

- Nos termos da alínea o) do n.º1 do art.º 53 da L.A.L. Compete à Assembleia Municipal tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia; O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia delibere expressar ao XVII Governo Constitucional e, particularmente, ao Sr. Ministro da Saúde, Dr. Correia de Campos, o reconhecimento desta Assembleia, bem como dos Resendenses, pela sensibilidade, responsabilidade e eficácia com que, de imediato, promoveram a construção do novo Centro de Saúde de Resende.-----

Paços do Município, 28 de Abril de 2006.-----

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista”.”-----

**Relativamente a esta matéria registaram-se as seguinte intervenções:**-----

**Senhor Jaime Bernardino Alves:** “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Caros Membros da Assembleia, Ilustre Público, muito boas tardes a todos. Como não poderia deixar de ser votaremos a favor desta moção, contudo não posso deixar de referir que se hoje não temos o Centro de Saúde de Resende a servir os resendenses é por culpa de responsáveis políticos, nomeadamente dos seis anos dos Governos do Engenheiro Guterres em que havia dinheiro para tudo e mais alguma coisa, menos para o Centro de Saúde de Resende. Todos sabemos bem quem foram os responsáveis.”-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Esclareço que o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara, enquanto Vereadores pressionaram a Câmara, para ser feita a aquisição do terreno, que foi adquirido no ano dois mil. O Senhor Engenheiro Guterres tinha toda a boa vontade em construir o Centro de Saúde de Resende, mas não havia terreno.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende:** “O atraso ficou a dever-se a uma pequena birra. Na altura era Presidente da Câmara o Doutor Brito de Matos, e era preciso oferecer ao Ministério da Saúde o espaço para a construção e a Câmara não lhe oferecia o terreno, mas sim o direito à superfície e foi por aí que começou o atraso na construção do Centro de Saúde.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** “Há cerca de dez anos foi estabelecido um protocolo, entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia. Esta cedia espaço. O Governo ficou de construir o Centro de Saúde, se a Câmara oferecesse o terreno. Mas como o proprietário do terreno achou o valor irrisório foi desencadeada uma contra-proposta que seria vinte vezes superior ao montante oferecido e seguiu-se para a expropriação litigiosa. O terreno continuou em litígio e só no ano dois mil foi adquirido, por sentença do Tribunal. Nessa altura éramos Vereadores e pedimos ao Doutor João Sobral para vir a Resende explicar. Entretanto as démarches continuaram. Chegamos a ir a Lisboa falar com o Senhor Secretário de Estado que nos informou que se a Câmara Municipal se responsabilizasse pelo pagamento de cinquenta por cento da verba a construção fazer-se-ia. Entretanto foi inscrito em PIDDAC e cá está a ser construído.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.**-----

**ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:**-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil:** “Cumprimentou a todos e informou que tinha sido levantada uma questão sobre as crianças começarem a pagar o almoço, no próximo ano lectivo. Questionou os moldes em que isso iria feito.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende:** “Peço o favor ao Senhor Presidente da Câmara o castigo para os automobilistas, por terem os espelhos partidos e que fazem tanta falta. Queria lembrar a questão de uma protecção da estrada de acesso (cruzamento) que dá para Vinhós. Relativamente à toponímia o mais reclamado é o arruamento de paralelo junto à Igreja Paroquial. Lá vive um grande número de famílias, deveria atribuir-se um nome à rua, para definir a localização.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas:** “Dou conhecimento à Assembleia que vai ser realizada a Feira do Rodo, no dia sete de Maio e convido a todos para estarem presentes. Quero também dizer que existem na minha freguesia cinco ou seis crianças na idade do Pré-Escolar e questiono se não haverá possibilidade de as transportar para São Cipriano. Sei que as despesas são grandes, mas também me pediram para abordar o assunto.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende:** “Esta Junta de Freguesia recebeu um ofício do Centro de Saúde a solicitar o transporte para quatro crianças que foram seleccionadas para irem a uma visita ao Dentista, sendo duas do Enxertado e duas de Minhães. Como a Junta de Freguesia não tem meios financeiros para suportar os custos, solicitava que a Câmara, com os seus meios de transporte, auxiliasse.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freigil: “Esta Assembleia irá pronunciar-se sobre o Regulamento da Acção Social Escolar. Existem problemas de ordem social. Há pessoas com boas condições económicas e que a Câmara fornece gratuitamente as refeições das crianças. Nós teremos que criar um regulamento em que o pedido da gratuidade cega será abolido. Fizemos uma relação estreita com o Agrupamento de Escolas e foi dado um sinal para a população escolar, que ficará expresso e que irá contemplar o apoio para as refeições escolares em moldes idênticos ao do segundo ciclo. O regulamento irá dar apoio e gratuidade às pessoas com mais necessidades. Implementamos aqui mais justiça. Não estamos a desinvestir na Educação. É um gosto para mim ir às Piscinas e ver lá os jovens. Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Resende relativamente aos espelhos quero informar que na recta do Seminário em dois anos, já os mudamos cinco vezes. Em relação à toponímia um dia destes faremos uma proposta global. Poderíamos avaliar estas questões como iniciativa no âmbito da Assembleia Municipal. Quanto à medicina oral, acho estranho porque a Câmara assumiu o transporte para as consultas. Quanto às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas, em relação ao Jardim de Infância, terei que estudar o assunto. Eu quando cheguei à Câmara a primeira coisa que fiz foi pensar em agrupar e redimensionar o nosso primeiro ciclo. Estou disponível para juntamente com o Agrupamento, resolver a questão. Temos que criar outras dinâmicas e outros tipos de equipamentos que invertam estes argumentos.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil:** “Fiquei esclarecido e vou esperar pelo regulamento e verificar as atribuições dos benefícios sociais, porque há quem receba e pode pagar e alguns não recebem e até precisam. Eu não tenho qualquer problema em passar uma declaração com justiça.”-----

**A Senhora Professora Fátima Maria da Rocha Soares de Matos:** “Como estou no Agrupamento fui eu que transmiti aos senhores Professores do Primeiro Ciclo algumas das orientações. Os pais vão ter que preencher um documento e mediante a análise deste é que irá ser decidido se terão ou não direito ao subsídio. Só depois do Regulamento aprovado é que tudo irá ser concretizado. O máximo do custo é de dois euros e meio, os pais participarão com um euro e trinta e quatro cêntimos e a Autarquia com o restante. Relativamente ao Jardim de Infância de Ovadas queria esclarecer que só funcionaria com o mínimo de quinze crianças. Porque não é ensino obrigatório e neste caso terá de ser o Senhor Presidente da Câmara a decidir. Quanto à medicina oral, no passado a equipa ia ao Jardim de Infância. Contactávamos os Senhores Presidentes de Junta para arranjam transporte para as crianças, e eu própria também as transportava. A informação foi no sentido de ser pedido à Autarquia transporte para as crianças. A Técnica de Saúde já pediu e estabeleceu um calendário e os alunos serão sempre acompanhados por um professor.”-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Nós temos um regulamento muito eficaz para a atribuição de bolsas de estudo.”-----

**O Senhor António Joaquim de Almeida Correia:** “Estas questões de desfavorecimento social são sempre muito complicadas, numa primeira análise uma pessoa não pode dar uma opinião, numa segunda análise deve ser criado um Regulamento e uma Comissão. Relativamente à higiene oral é um dever da sociedade tratar destes casos. Na questão dos espelhos entendo que a autarquia deveria fazer as devidas averiguações e participações do vandalismo.”-----

**ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**-----

Neste ponto foram registadas as seguintes intervenções:-----

**Senhor Jaime António Bernardino Alves:** “Em primeiro lugar, gostava de começar por cumprimentar o Senhor Enfermeiro Álvaro, anterior Presidente da concelhia do PS Resende. Gostava também de felicitar o Senhor Albano, novo Presidente da concelhia do PS Resende. Como já tive oportunidade de lhe transmitir pessoalmente, quando fazemos as coisas por gosto, só nos devemos orgulhar do que fazemos. Apesar de estarmos em campos políticos opostos, devemos respeitar-nos uns aos outros, dignificando a política. De seguida, gostava de apresentar um **Protesto** relativamente ao Estado miserável em que encontram as Estradas Municipais do nosso concelho. Os avisos do Senhor Presidente de Freigil na última Assembleia Municipal de nada serviram. A este respeito, gostava de fazer um elogio público ao Senhor. Fernando (...) de Cárquere, líder do PCP em Resende, exemplo de cidadania e de participação política. Apesar das nossas diferenças ideológicas, nada me impede de fazer justiça a um homem que tem feito política no nosso concelho com muita dignidade e altruísmo. Este elogio insere-se no contexto deste protesto referente ao estado crítico das Estradas Municipais, visto que numa das anteriores reuniões da Câmara Municipal, o Sr. Fernando (...), simbolicamente, propôs que se removessem as placas de sinalização no concelho porque são inúteis, ou seja, os nossos vizinhos dos concelhos limítrofes, ao entrarem nas nossas estradas municipais, dão logo conta que chegaram a Resende pelo seu estado miserável. As acessibilidades não parecem ser uma prioridade para esta Câmara Municipal, liderada pelo Partido Socialista. Na última Assembleia Municipal pedi ao Senhor Presidente um ponto de situação relativamente às Estradas Municipais. Nada me foi respondido. Volto a fazer o pedido de ponto de situação. Em terceiro lugar, gostava de repor verdade, no que diz respeito ao que foi dito sobre Caldas de Aregos, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na última Assembleia Municipal, a saber: O Doutor José de Freitas foi Presidente da Assembleia Municipal durante 4 anos e não 12 anos. Quando o Doutor José de Freitas foi eleito Presidente da Assembleia Municipal já o Plano de Pormenor havia sido publicado e aprovado. Pergunto o que é que o Presidente da Assembleia Municipal tem a ver com o Plano de Pormenor. A Assembleia Municipal não é o Executivo Camarário. Relativamente à Vila Nazaré, contrariamente ao que mal informou o Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, o Plano de Pormenor para a Recuperação Urbana de Caldas de Arêgos não a caracteriza de **ZONA VERDE**. A Planta do Plano de Pormenor para a Vila Nazaré tem a designação **MUL que prevê:** M: Restaurante esplanada; U: Equipamento de apoio Turístico/Cultural; L: Equipamento Desportivo: Mini golfe. Um exemplo que nos pode ajudar a entender que muito mais poderia ser feito pela Câmara Municipal para colaborar e trabalhar em parceria com Companhia das Águas de Caldas de Arêgos SA, refere-se aos apartamentos que foram construídos na parte de trás do Hotel Park, em que na Planta do Plano de Pormenor tinha como Designação **UM**. É pena que não se faça o mesmo com o Hotel que a Companhia das Águas de Caldas de Arêgos que pretende construir junto à avenida das tílias. O Senhor. Presidente falhou quando declarou ao Jornal de Resende nº 251 de Maio de 2005: **”Caldas de Arêgos não pode continuar como está. Irei propor, brevemente, a suspensão do Plano de Pormenor para que ninguém tenha desculpas, como tem acontecido, para nada fazer em Caldas de Arêgos”**. Pergunto-lhe, porque não o fez? É lamentável que em torno de Arêgos se tenha criado uma questão pessoal da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acima da necessidade do concelho em criar mais emprego, riqueza e bem-estar social. O actual problema da falta de emprego não se resolve pelo lado público municipal. Quem perde é Resende e os resendenses, não se cria riqueza nem emprego o que obriga os resendenses a terem de sair do concelho. Não existe maior pobreza do que uma região ou localidade sem pessoas. Em quarto lugar gostava de abordar a nomeação do Sr. Eng. António Borges para o Comité das Regiões da União Europeia. Como todos sabemos, sobre este assunto, muito foi dito com pompa e circunstância, propagandeado pelo PS Resende. A Senhora Vereadora,

Dulce Pereira, afirmou na reunião de Câmara do dia 8 de Fevereiro: “Sei que o seu nome (Eng.º António Borges) foi indicado pelo Estado Português e nomeado pelo Conselho da União Europeia, por unanimidade, por um período de quatro anos, juntamente com onze políticos portugueses. Parabéns!” (Acta nº 03/2006). O Sr. Presidente, Eng. António Borges, estava a presidir à reunião e não desmentiu, logo, confirmou. Que se saiba, onze mais um são doze. O Jornal de Resende nº 261 de Março de 2006 noticiou: “Trata-se de uma nomeação que distingue o eleito (Eng. António Borges) e o concelho de Resende, tanto mais que o Comité das Regiões acolhe os máximos representantes da Europa, cabendo a representação de Portugal, actualmente, a 12 membros, dos quais faz parte António Borges”. Informa também que o Eng.º António Borges partilha com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Baião, José Luís Carneiro, representações na Comissão de Coesão Territorial e na Comissão de Desenvolvimento Sustentado. Contudo, como hoje a informação não é restrita, tenho aqui um Comunicado de Imprensa do Comité das Regiões da União Europeia, de 16 de Fevereiro, que informa o seguinte: “A delegação portuguesa é composta por 12 elementos efectivos e 12 suplentes. Os suplentes portugueses são: 7º Suplente, António Manuel Leitão Borges, Presidente da Câmara Municipal de Resende. Um Comunicado do Conselho de Ministros do Governo de Portugal, de 19 de Janeiro de 2006 que designa como membros suplentes António Manuel Leitão Borges, Presidente da Câmara Municipal de Resende. Perante esta confusão, o PSD Resende pediu um esclarecimento ao Comité das Regiões que respondeu via e-mail, no dia 24 de Março, através do seu secretariado: “O Sr. Presidente, António Borges, é suplente do Comité das Regiões. Só os membros efectivos integram as Comissões”. Já o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Baião, José Luís Carneiro é membro efectivo do Comité das Regiões e faz parte das seguintes Comissões: COTER e DEVE. Não será que o Sr. Presidente estará a tentar promover a sua imagem enganando os resendenses? Não será este um comportamento, e digo isto entre aspas, de Chico espertismo? Na política, como em tudo na vida devemos falar verdade. Por fim, apesar de saber que não é prática comum falar de políticas nacionais nesta Assembleia Municipal, não posso deixar de fazer uma referência às políticas económicas e de finanças públicas do actual Governo porque influenciam a vida de todos os portugueses, referindo-me em especial às suas consequências para os resendenses: Nenhuma das medidas anunciadas por José Sócrates funcionou. Os impostos subiram, a carga fiscal é cada vez mais pesada. Apesar da encenação e da propaganda, o défice subiu. Os Funcionários Públicos aumentaram em 2006, apesar do Eng.º Sócrates ter prometido que diminuiriam. A despesa pública aumentou. A despesa corrente do estado cresceu 7%. As nomeações políticas superaram todos os governos anteriores. O Desemprego continua a crescer. O Jornal de Negócios informou: “Governo omitiu mudança no registo de emprego”. Pergunto, onde estão os novos 150.000 empregos prometidos? As exportações baixaram relativamente ao ano transacto. Perdemos quota no mercado internacional, a nossa competitividade está-se a degradar. O Banco de Portugal “anuncia falhas graves à execução orçamental”. A OCDE, instituição internacional prestigiadíssima pede medidas drásticas. O FMI informa: economia abranda, défice dispara. Infelizmente, parece-me que tudo isto não passa de Guterrismo a preto e branco, disfarçado de rigor, esperemos que Pântano parte II não esteja por perto.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** “Houve reacções pouco lógicas. Não intervi, mas numa próxima oportunidade vou intervir. A matéria em questão não era de interesse para o município. Relativamente ao “Chico espertismo” quero referir que se há convocatórias para substituições é com todo o direito e respeito que assumimos as substituições.”-----

**A Líder da Bancada do Partido Socialista:** “Quero apresentar todo o protesto quanto ao “Chico espertismo”. Não se pode admitir esta terminologia. Relativamente ao Comité das Regiões lamento que possa pôr em causa a palavra do Senhor Presidente da Câmara. Nós

sabemos que é verdade a sua representação no Comité das Regiões. Relativamente às estradas, há má fé e entendo que o Senhor Deputado não fez o trabalho de casa, porque no documento que vai ser analisado a seguir vem lá esse assunto. E é obvio que é nesta altura do ano que se põem os tapetes. Relativamente a Caldas de Aregos fiquei profundamente revoltada. O Senhor Doutor José de Freitas é um ilustre advogado e sabe perfeitamente que não pode construir, em virtude do Plano de Pormenor. Lamentamos toda a situação em que se encontra Caldas de Aregos. O que me parece é que aquilo está a aguardar. As Termas eram uma bola de neve e lamento, quer a posição que o Senhor Deputado assumiu, quer a posição do próprio Doutor José de Freitas. Ele estava aqui e não construiu porque violava o Plano de Pormenor e agora queria que o Senhor Presidente violasse esse mesmo Plano de Pormenor. O Senhor Presidente tem tido toda a preocupação com Arêgos.”-----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil:** “Quando falei das estradas não falei na degradação mas sim na marcação e sei que tudo está no bom caminho.”-----

**O Senhor Doutor Sílvio António Barreto de Almeida:** “Relativamente aquilo que se falou quero lamentar a linguagem que se utilizou. Deveriam pensar antes de falar.”-----

**A Senhora Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues:** “Sobre a indicação do Senhor Presidente da Câmara a integrar o Comité das Regiões, o Jornal de Resende também fala em nomeação. Penso, por isso, que será o Senhor a prestar algum esclarecimento. Em relação a Arêgos tem que se resolver o problema. Nós temos opiniões próprias e pensamos que o investimento da nossa terra passa pelo privado. Os jovens estão a sair de Resende e não voltam. Não podemos basear os empregos às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal. Entendo que os jovens não voltam por não terem condições para se manter aqui. Quanto ao Centro de Saúde e ao encerramento do Serviço de Atendimento Permanente, gostava de ouvir a opinião do Senhor Presidente da Câmara. Expresso a opinião desta Bancada que é contra o encerramento, pois isso contribui para o isolamento do Concelho de Resende que tem uma população envelhecida e é necessário o Serviço de Atendimento Permanente. O que está aqui em causa são questões monetárias.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que ia pôr em acção os sessenta minutos estipulados no Regimento da Assembleia Municipal.-----

**O Senhor Jaime António Bernardino Alves:** ”Os membros do Partido Socialista nesta Assembleia ainda não compreenderam o-----

Artigo 1.º-----  
Direito de oposição-----

É assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.-----

Artigo 2.º-----  
Conteúdo-----

1 - Entende-se por oposição a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.-----

A Senhora Doutora. Cláudia Vieira acusa-me de má fé. Ter má fé é o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez, há um ano e meio quando lançou uns panfletos, pagos com os dinheiros de todos, distribuídos aos resendenses. Chamava-se: “BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL PARA O CONCELHO EM 37 km DE VIAS MUNICIPAIS”. O panfleto dizia:-----

Cara(o) Múncipe: já se iniciaram as obras de beneficiação de 37 quilómetros das estradas municipais. Vamos construir valetas, alargar as plataformas e executar novos pavimentos. As estradas que vão ser intervencionadas são: Da E.N. 222 (junto ao Café Aussie), / a Porto de Rei / até à E.N 222 (junto à escola de S. Martinho de Mouros); Desde a E.N. 222 (no Barracão) / S. Martinho de Mouros / Vila Verde até ao limite do Concelho na Mesquitela

(Barrô); De S. Martinho de Mouros (cruzamento para Vila Verde) / Peneda / Córdova / Lages, até à E.N. 222, junto a Fonseca; Desde o cruzamento da E.N. em Anreade (Igreja) / S. Romão. **A Senhora tem noção do estado das nossas estradas municipais? Isso é que é má fé porque os resendenses foram enganados. Não posso também deixar de repudiar veementemente a acusação que me fez de Instrumentalização, é uma ofensa pessoal que não posso aceitar. Estou aqui em nome da democracia, em representação dos resendenses que me elegeram, das minhas convicções. Como disse um dia Sá Carneiro: “fazer política sem ética é uma vergonha”.**-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Relativamente às estradas algumas que estão referidas estão efectivamente prontas e outras não. Em relação à Saúde consta que o SAP de Resende vai encerrar, mas o Senhor Ministro disse-me, pois estive com ele no Parlamento, que iria ter em conta as acessibilidades do Concelho e, por isso, nada está definitivamente decidido. Temos envidado todos os esforços no sentido de acautelar o Serviços de Atendimento Permanente.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara:** ”Esta Assembleia Municipal merece o maior respeito, estarei sempre aqui para dialogar sobre as questões que têm a ver com o Concelho. Reservome com atitudes de baixo nível de carácter, quando são redundantes e desvalorizadoras e temos de ser tolerantes com a ignorância, pois desprestigia o Concelho. Estive no dia três de Abril na Comissão do Comité das Regiões. Quero só transmitir algumas lacunas que estão adulteradas nos jornais. O Comité das Regiões tem membros efectivos e outros suplentes e estive acompanhado com o Senhor Presidente da Câmara de Poiares que é do PSD e um dos “dinossauros”. Não responderei a “trauliteiristas e de meia jaleca” e de baixos níveis de carácter. Relativamente às vias municipais quando cheguei à Câmara fizemos investimentos de altíssimos valores. Reparámos a E.N.222, que embora esta via não seja da Câmara Municipal, revelava um valor grande de desleixo. Espero que até ao final do verão as obras se concluam.. O abandono do concelho era patente na nossa rede viária. Quando cheguei à Câmara a rubrica do Eixo 1 estava esgotada. Resende tinha perdido verbas do FEDER que outros concelhos tinham aproveitado. Pedimos à Câmara de Lamego que nos dispensasse a quota de duzentos mil contos. Estamos conscientes que não é possível construir tudo num só dia. O ano de dois mil e cinco foi o ano de maior investimento público no concelho. A ignorância e a má fé tolda e não sabem o que está aqui em causa. Não estou disponível para falar em Arêgos. Quando alguém fala na Vila Nazaré é a manutenção das espécies exóticas que está em causa e sabe que aquele espaço pode ser aproveitado para restauração e hotelaria e não pode o Presidente da Câmara apresentar-se como legislador. Está entregue ao empreiteiro a nossa Marina, o Cais e a colocação de um Posto de Abastecimento de Combustível, quer fluvial, quer marítimo. Antes de mim tiveram tempo de fazer muita coisa. Aquilo que mais me dói é não sermos capazes de ir buscar recursos para um lugar como Arêgos. Há políticos que tocam de ouvido e lamento que haja aqui dúvidas. Iniciámos o nosso processo sobre o PDM no ano de dois mil e três, com a Senhora Doutora Cláudia Vieira. Meio ano depois iniciámos o processo em Anreade. A CCDRN nem sequer promoveu o acompanhamento do PDM. Estamos num processo de desmaterialização. O Centro de Saúde faz-se porque há vontade política. Não de faz porque não há vontade política. Resende é um caso muito específico e próprio que será sempre tido em conta. Lamento a descoordenação entre os elementos do Órgão executivo e os membros da Assembleia Municipal.”-----

**A Senhora Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues:** ”Senhor Presidente, ao abrigo do art. 31º do Regimento da Assembleia Municipal de Resende, gostava de pedir a defesa da honra da bancada do PSD por referências de “défice de carácter” ao grupo do PSD, que não abonam em nada este órgão democrático.”-----

**Senhor Jaime António Bernardino Alves:** “Se o Senhor Presidente mais uma vez não nos dá o direito de defesa da honra, previsto no art. 31º no Regimento desta Assembleia, tal



realidade terá que ficar registado em acta.”..-----

**O Senhor Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** “Não autorizei em virtude de serem ultrapassados os sessenta minutos. Estão tão preocupados com a defesa da honra e não se preocuparam quando falaram sobre o Senhor Presidente da Câmara ser suplente no Comité das Regiões. Os assuntos sobre a Educação, Saúde e outros é que são importantes para discutir na Assembleia Municipal e não para atingir a personalidade das pessoas.”-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

“Nos termos da al. e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com alteração introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresento informação que diz respeito ao período decorrido desde a última Assembleia Municipal em Fevereiro passado. **1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** Continua em curso o processo de informatização e modernização dos Serviços – entrou em funcionamento a Gestão Documental. **2. SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA** **2.1.** No âmbito das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro teve início a construção da nova ETAR de Caldas de Aregos. **2.2. Redes de abastecimento de água e saneamento nas freguesias de:** - Barrô – Continuam os trabalhos de conclusão das redes na freguesia; - Cárquere - 2ª fase – Continuam os trabalhos; - S. João de Fontoura – Estão concluídos os trabalhos da Rede de Covelas. **3. EDUCAÇÃO, ANIMAÇÃO E CULTURA-** Centro Escolar de S. Martinho de Mouros - Estão a decorrer os trabalhos;- O Museu Municipal – Estão em fase final os preparativos para a entrada em funcionamento; - **O Auditório Municipal – Vai entrar em funcionamento** - Piscinas Municipais Cobertas – Estão em pleno funcionamento. **4- ACCÇÃO SOCIAL** - Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão – Estão em conclusão os trabalhos da 1ª fase. Foram abertas as propostas para a 2ª fase. - Vai ser lançado o concurso do Centro de Noite e Apoio Social de Felgueiras **5. DESPORTO** - Pavilhão Desportivo de Freigil – estão em curso os trabalhos; - Pavilhão Desportivo de Anreade – estão a decorrer os trabalhos; - Praia Fluvial de Caldas de Aregos – em consignação; - Arranjo da zona envolvente da Ponte da Panchorra – estão a decorrer os trabalhos; - Arranjo da zona envolvente à Ponte da Lagariça – estão a decorrer os trabalhos. **6 - REQUALIFICAÇÃO URBANA E VIAS MUNICIPAIS** - Requalificação do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros – foram abertas as propostas no dia 19/04/2006 - Estão a decorrer as obras de beneficiação da rede viária municipal contemplando drenagens e novos pavimentos nas seguintes vias. (foram abertas as propostas referentes ao novo concurso) - E.N. 222 - (Massorra) - Porto de Rei - E.N. 222 (junto à escola primária de S. Martinho de Mouros); - E.N. 222 - Barracão - S. Martinho de Mouros - Vila Verde - Limites do Concelho; - E.N. 222 - Lages - Córdova - S. Martinho de Mouros; - **E.N. 222 - Anreade - S. Romão - S. Cipriano;** - Continuam a ser elaborados pelo GAT de Lamego os projectos de aberturas das estradas desde o Pavilhão de S. Martinho de Mouros à E.N. 222 (lugar das Quelhas) e em Resende da Ponte de Fornelos à Rua General Humberto Delgado. **Assinado o protocolo para a beneficiação das seguintes estradas:** - Ligação entre Carril, Louredo, S. Cipriano, Freigil e EN 222; - Ligação entre Resende - Cárquere e Cárquere - S. Romão; **7 - PARQUE EMPRESARIAL DE ANREADE** Continua em apreciação na DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano o Plano Pormenor da Zona Empresarial de Anreade. Aguarda-se parecer do INAG. **7 - OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA** Estão em curso obras de beneficiação em várias freguesias. **10 – CARGOS A DESEMPENHAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA** Tem participado em representação de Portugal no Comité das Regiões, em Bruxelas. **12 - SITUAÇÃO FINANCEIRA** **Receita – 2.599.088,33 euros** **Despesa Cabimentada – 10.527.604,25 euros** **Despesa Paga – 2.329.572.63 euros.** Paços do

Município, 26 de Abril de 2006. O Presidente da Câmara (Eng.º António Borges).”-----

Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Dou os parabéns à Câmara Municipal pela forma como tem gerido os fundos em prol do desenvolvimento de Resende. Os Resendenses nos últimos quatro anos tiveram progressos enormes. Parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por todas as obras.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara:** “ Gostava de transmitir duas ou três ideias. Os cucos são espécies lindas, mas têm uma particularidade na natureza de pôr os ovos nos ninhos dos outros. Existem duas ou três situações que não estão aí especificadas, porque nunca falo antes das coisas acontecerem, (prudência política). A primeira é desmaterialização da Câmara, ou seja a eliminação de circulação de papel na Câmara. Com a instalação da Gestão Documental , nenhum procedimento será em papel. Já comecei a despachar por via informática. Comecei a ver no meu gabinete a produtividade da Câmara. Estamos muito perto do topo, e irá representar fortíssimos ganhos e eficácia. É um processo que tem que atingir esta Assembleia Municipal, uma vez que estamos a falar numa sessão em que foram tiradas mais de sete mil fotocópias. O processo levará o seu tempo. Não desistirei de um processo em que passamos por via electrónica. Estamos a construir o Workflow. Isto depende do empenhamento de todos. É uma questão crucial para o Concelho. Quanto ao Projecto de Urbanismo Comercial desde o dia vinte e quatro de Abril que estão abertas as inscrições para as candidaturas da URCOM no Concelho de Resende. Esta é uma grande oportunidade de trabalho, estão aqui meios para que a modernização se faça. Estão criadas todas as condições. Quanto a um último ponto foi um lapso não incluir no relatório o nosso “**Memorial da Cereja**”. Convido a todos para que no dia quatro de Junho possamos fazer uma cerimónia que será em volta da “**Cereja**”. Esta representa a esperança de uma sustentabilidade e resistência, é uma obra que não tem um custo significativo, é uma invenção de arte urbana financiada pelo Leader +. Acredito numa comunidade como a nossa.”-----

**2 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO:** - Sobre este assunto é presente uma informação dos serviços do seguinte teor: "De acordo com os documentos anexos, venho informar V. Ex.ª dos elementos que constituirão o próximo Conselho Municipal de Educação de Resende, neste mandato Autárquico, conforme estipula o artigo 5º do Regimento do Conselho, aprovado em reunião camarária de 3 de Fevereiro de 2004:- Presidente da Câmara Municipal de Resende – Engenheiro António Borges;- Presidente da Assembleia Municipal – Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade;- Vereador responsável pela Educação - Professora Maria Dulce Pereira;- Director Regional de Educação do Norte;- Representante efectivo do Ensino Secundário - Doutor José António Pinto Vieira;- Representante efectivo do Ensino Básico - Professora. Fátima Maria da Rocha Soares de Matos;- Representante efectivo do Ensino Pré-Escolar - Educador António Luís Pinto Marques;- Representante do Ensino Básico e Secundário Privado - Doutor Manuel Esteves Alves;- Representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação, do Agrupamento Vertical de Escolas - Senhores Manuel Pinto de Almeida Chaves e Alexandra Monteiro e o representante da Esprosende - Senhor Fernando da Fonseca Pereira. Informo ainda que de acordo com o disposto na alínea g) do artº 5º do Dec-Lei nº 7/2003, de 15/1, são necessários dois representantes, mas foram indicados três representantes.- Representante da Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques - Sofia Marli Namora Soares de Azevedo;- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social -Educadora Professora Maria Manuela Pereira da Silva; - Representante dos Serviços Públicos de Saúde - Técnica de Saúde Ambiental do Centro de Saúde de Resende, Ana Sofia Gonçalves Ribeiro; - Representante dos Serviços de Segurança Social - Doutora Maria de Fátima Clara Fonseca; - Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional - Doutora Marisabel Moutela - Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e do Desporto – Senhor António Roçado; - Representante das Forças de Segurança, capitão João

Miguel dos Santos Morgado, que será substituído, nas faltas e impedimentos pelo Alferes Pedro Miguel Afonso Reis; - Representante eleito pela Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho - Professor José Carlos Cardoso Gomes. Informo ainda que este assunto deverá ser submetido à reunião do órgão executivo, para deliberar submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01 (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22/08), a fim de deliberar a nomeação do Conselho Municipal de Educação nos termos propostos.-----

**Deliberado, por unanimidade, propor a nomeação à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

### **3 - REGULAMENTO DA SALA DE ESTUDO ACOMPANHADO**-----

**Considerando que:**-----

- A elevada taxa de insucesso escolar resulta, em grande parte, da ausência ou uso inapropriado de estratégias de estudo e pela não existência de hábitos favoráveis à aprendizagem, pois muitas crianças e jovens com fraco rendimento escolar apresentam uma atitude negativa face ao estudo, uma grande desmotivação escolar, um tempo de estudo insuficiente e hábitos pouco adequados;-----

- Uma das grandes preocupações deste executivo é a Educação, sendo seu objectivo promover políticas que contribuam para diminuir a taxa de insucesso escolar, incrementando a auto-confiança, valorizando a aprendizagem, ensinando a estudar, proporcionando aos alunos um espaço com boas condições de trabalho e o apoio de que necessitam;-----

- É competência da Câmara Municipal de Resende apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;-----

- A criação de uma sala de estudo acompanhado, constituirá um espaço destinado a proporcionar determinados tipos de actividades para que a criança/jovem tenha a possibilidade de criar, manifestar e desenvolver as suas potencialidades, adquirindo métodos de estudo e de trabalho, contribuindo assim para o seu desenvolvimento integral;-----

**PROPONHO** que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista no art. 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela al. e) do n.º 3 do art. 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, al. l) do n.º 1 e al. a) do n.º 6 do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção), aprove o Regulamento da Sala de Estudo Acompanhado, em anexo (cujos motivos atrás aduzidos, constituirão a “Nota Justificativa” do mesmo), e o submeta à apreciação da Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da al. a) do n.º 2 do art. 53.º daquele último diploma legal.-----

Paços do Município de Resende, 2006-0329.-----

VEREADORA DO PELOURO,(Prof.ª Dulce Pereira).-----

Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----

**Senhor Vereador Professor António Marques:** “Esta proposta para a criação de uma Sala de Estudo Acompanhado é motivada sobretudo e segundo a Senhora Vereadora da Educação Professora Dulce Pereira pela elevada taxa de insucesso escolar no Concelho de Resende. Diz também a Senhora Vereadora no primeiro parágrafo da proposta que “ Em grande parte, da ausência ou uso inapropriado de estratégias de estudo e pela não existência de hábitos favoráveis à aprendizagem”. Situada a questão nestes termos entendemos que o insucesso escolar tem outras causas bem mais profundas. Acabamos há pouco tempo nesta reunião de aprovar o apoio para o I Congresso Nacional de Combate ao Insucesso Escolar. A AJUDE – Associação Juvenil Para o Desenvolvimento no Artigo 2.º – Objectivos- Alínea B dos seus Estatutos refere: “Promover o Estudo, Investigação e Difusão de Notícias relativas aos jovens, cooperando com todas as entidades públicas e privadas visando a integração social e o desenvolvimento de políticas adequados à sua condição”. No artigo 3.º – Atribuição – Alínea B diz: “Organizar grupos de trabalho para investigação, estudo e análise de questões juvenis”.

Não temos dúvidas que as questões de insucesso escolar de enquadrarem perfeitamente nestas duas alíneas. Sei, porque faço parte de alguns órgãos do Agrupamento Vertical de Escolas de Resende, do esforço – Aulas de Substituição, Estudo Acompanhado – que está a ser feito por todos e nomeadamente pelos Senhores Professores e Educadores. Lateralmente também nos chegam notícias dos outros estabelecimentos escolares do Concelho, do seu esforço em relação ao combate do insucesso escolar. Esta proposta também nos mostra a vontade política da Câmara Municipal em participar nesta tarefa. Ahamos óptimo no entanto não concordamos com a metodologia apresentada. O Insucesso Escolar é um problema sério. Nesta perspectiva entendemos o seguinte: 1) Face à vontade da Câmara Municipal em particular neste esforço, o que se aplaude, devia convocar/convidar todos os agentes educativos e outros relacionados com esta temática para reflectirem e apontarem soluções. A Comissão de Protecção de Menores e a Inspeção Geral de Educação também devem ser chamadas a colaborar. 2) O Conselho Municipal de Educação seria por todos os motivos o Órgão por Excelência de discussão deste assunto. Se ele existe, vamos aproveitar a sua existência. Caso contrário, passa a ser mais um órgão que existe porque a lei assim o determina. 3) Uma vez diagnosticadas as causas do insucesso escolar no Concelho de Resende, através de um estudo nesta matéria delineava-se e implementava-se um conjunto de medidas de combate do insucesso escolar no terreno. Com sinceridade, uma sala de estudo acompanhado na Vila de Resende não vem resolver nada, até porque não se estudou em primeiro lugar quais as causas do insucesso escolar. No entanto, se aponta a Vila de Resende para abertura da primeira sala de estudo acompanhado é porque há um estudo que se aponte nesse sentido. Gostávamos de conhecer o dito estudo. Porque na Vila de Resende e não em outra Freguesia? Será a Freguesia de Resende a que apresenta maior taxa de insucesso escolar? Também se pode questionar, se os alunos das outras catorze freguesias não têm o mesmo direito dos alunos da Vila de Resende. Para nós, esta questão deve ser vista no todo e não particularizá-la. Não haverá insucesso escolar nas outras Freguesias no Concelho? Há dias, li num jornal diário, o exemplo da Câmara de Penafiel, através de Técnicos de Serviço Social em colaboração com as Instituições Escolares actuam nos casos sinalizados. Foi possível baixar a taxa de insucesso escolar, em muitos dígitos. Diz também a proposta no último considerando: “A criação de uma sala de estudo acompanhado, constituirá um espaço destinado a proporcionar determinados tipos de actividade para que a criança/jovem tenha a possibilidade de criar manifestar e desenvolver as suas potencialidades, adquirindo métodos de estudo e de trabalho, contribuindo assim para o seu desenvolvimento integral;” Na nossa opinião, tudo isto é feito nos estabelecimentos escolares do Concelho. Na nossa perspectiva e como já dissemos anteriormente, o que é necessário é estudar as verdadeiras causas do insucesso escolar e depois, actuar com estratégias e objectivos. Na nota justificativa do Regulamento da Sala de Estudo Acompanhado, no último parágrafo é referido: “É criada inicialmente apenas uma sala de Estudo Acompanhado na Vila de Resende, podendo os resultados, que certamente serão positivos, vir a ditar a necessidade de implementar outras salas no Concelho, a qual se regerá pelo presente regulamento.” Não concordamos com esta conclusão, porque cada caso é um caso. O facto de surtir efeito na Vila de Resende não quer dizer que surta efeito em outra freguesia e vice-versa. Tornamos a referir a necessidade de se estudar o Concelho no seu todo e actuar onde houver necessidade. Envolvam-se todos os que tem responsabilidade nesta matéria e só depois, se concretizem as estratégias adequadas. O Regulamento ora apresentado, refere que esta Sala de Estudo Acompanhado destina-se aos alunos do Pré-Escolar até ao Terceiro Ciclo do Ensino Básico. No artigo sexto são apontados as actividades a desenvolver. O TPC e as actividades disciplinares para os alunos do primeiro Ciclo requerem docentes deste nível de ensino. O TPC e Actividades Disciplinares para os alunos do segundo e terceiro ciclos requerem docentes de várias disciplinas, porque não é possível fazer um TPC ou uma actividade de matemática se não estiver presente um docente desta disciplina. Prevê-se por isso uma estrutura docente pesada e com os custos inerentes.

Na nossa opinião este investimento deveria ser canalizado, estudando em primeiro lugar as causas e depois aplicado também nas estratégias entretanto definidas e estudadas, abrangendo obviamente todo o Concelho. As outras actividades referidas no artigo sexto do presente Regulamento são feitas todos os dias nos nossos estabelecimentos escolares.-----

É dar, “mais do mesmo” aos nossos jovens. Salvo, outra opinião entendemos “que não é por aqui, que vamos lá”. Pelo Exposto vamos votar a favor porque: 1 – Somos, dos que pensam que entre não ter nada, é preferível ter alguma “coisinha”; 2 – Na esperança, que a abertura desta sala possa despoletar uma profunda reflexão acerca deste assunto em função do pensamento que defendemos e de outros contributos; 3 – Temos a convicção que defendemos aquilo que deveria ser feito e o melhor para um combate eficaz do insucesso escolar; Nesta perspectiva também temos esperança que o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora da Educação mudem de opinião e vejam no nosso pensamento uma colaboração séria e com sentido.”.-----

**A Senhora Vereadora Professora Maria Dulce Pereira :** “Não é de ânimo leve, nem é dentro destas quatro paredes que se elabora um Regulamento de Estudo Acompanhado. Não pense o Senhor Vereador que viríamos para aqui com esta proposta sem fazermos os contactos com os diversos estabelecimentos de ensino. É um instrumento que se destina ao combate do insucesso escolar e é para as crianças/jovens serem acompanhadas e aprenderem a estudar.”.-----

**O Senhor Vice-Presidente** informou que no caso das crianças com acompanhamento prestado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende o assunto estava a ser tratado no sentido de ser incluído no Parque Escolar e acompanhado pela Equipa Pedagógica, autorizada pelo Agrupamento de Escolas e que também viria a apoiar a Escola Profissional de Resende .-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara** informou que a ideia da criação do estudo acompanhado surgiu para combater, em conjunto com as escolas, o insucesso escolar, que era desprestigiante para o concelho. Referiu que o assunto foi tratado com os dirigentes escolares e que o Governo tinha legislado no sentido de dar razão às ideias deste executivo. Afirmou que iria ser um instrumento dirigido às pessoas que mais precisam e que existia um acordo de princípios para que os professores pudessem colaborar nesta sala de estudo acompanhado, que do ponto de vista pedagógico poderia ser para suprir deficiências ou para atingir metas.--

**Aprovada a proposta, por unanimidade.**-----

**Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:**-----

**Senhora Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues:** “O Regulamento da Sala de Estudo Acompanhado tem como propósito a diminuição da taxa de insucesso escolar. Estamos de acordo. A justificação do mesmo regulamento é a seguinte: “A elevada taxa de insucesso escolar resulta, em grande parte, da ausência de ou uso inapropriado de estratégias de estudo e pela não existência de hábitos favoráveis à aprendizagem, pois muitas crianças e jovens com fraco rendimento escolar apresentam uma atitude negativa face ao estudo, uma grande desmotivação escolar, um tempo de estudo insuficiente e hábitos pouco adequados.”O Regulamento diz também: “É criada inicialmente apenas uma sala de estudo acompanhado na Vila de Resende, podendo os resultados, que certamente serão positivos, vir a ditar a necessidade de implementar outras salas no concelho.” O tema tem sido objecto de investigação sociológica e das ciências da educação que nos diz o seguinte: O sucesso ou o insucesso escolar têm razões de ordem social; existem fortes padrões de regularidades sociais no aproveitamento escolar; as diferenças são nítidas dependendo do meio social de origem dos alunos; o nível de escolaridade dos pais e as famílias de origem (vários estudos demonstram relações semelhantes); o estatuto sócio-profissional (estudos realizados em vários países revelam as mesmas tendências); manifestam-se em todos os graus de ensino. Perante estes dados de relevância maior, questionamos porque razão a Sala de Estudo Acompanhado tem

que funcionar na Vila de Resende e não poderia operar noutras Freguesias. Não será a vila de Resende o local do concelho com menos insucesso escolar?.”-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Li o Regulamento. Estamos a falar na Vila de Resende, onde existem os primeiro, segundo e terceiro Ciclos, isto é o “B, A, BÁ”. Todos nós sabemos que o insucesso escolar é extremamente complicado de resolver. A Autarquia ao estabelecer as normas assegurará, concerteza, os transportes destas crianças e jovens das freguesias para a Vila. É descabido o que foi dito sobre este assunto na reunião do executivo e o agora apresentado.”-----

**A Senhora Professora Fátima Maria da Rocha Soares de Matos:** “A taxa de insucesso escolar aqui é significativa, uma vez que é na Vila que estão concentradas o maior número de escolas.”-----

**A Senhora Doutora Maria Teresa Pais Duarte dos Santos:** “Desde mil novecentos e oitenta e nove até agora, já passaram dezassete anos. Nunca foram promovidas acções para que pudessem ser avaliados aspectos pedagógicos, a não ser no último mandato que foi realizado um colóquio na Casa do Povo. Tratar por “coisinhas” é tentar que estas questões abortem. As salas de estudo não são somente para as crianças com insucesso escolar, mas também para os outros alunos, uma vez que estamos nos últimos lugares no “ranking” das escolas, a nível nacional.”-----

**A Senhora Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues:** “As crianças estão muito longe da família. Os alunos que estudam em Resende não são somente de Resende, mas sim de outras freguesias. Nessa indicação de nível de escolaridade a intervenção dos pais é extremamente importante. Não estamos em desacordo, mas acho que os alunos necessitam do factor família.”-----

**A Senhora Doutora Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira:** “A Senhora Deputada não percebeu o teor da minha intervenção relativamente ao envolvimento da família e aos transportes escolares. Os alunos que moram fora de Resende estão muito tempo fora das suas casas. Para o primeiro passo só resta dar os parabéns ao executivo camarário.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara:** “ Fico perplexo quando acho que as coisas são evidentes. Fizemos o nosso gabinete de Psicologia, que tem uma importância tremenda. Queria transmitir o seguinte: andamos muito tempo a fazer o diagnóstico social que define muito concretamente o que é o problema. Temos a nossa Carta Educativa que tem uma avaliação sistemática duma matéria como esta. O problema do transporte tem de ser resolvido pela Câmara, como é óbvio. Nós somos o segundo concelho com mais insucesso escolar do País. O problema não é da Autarquia. Está nos Professores. É um sinal para resolver alguns problemas de insucesso escolar.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

#### **4 - DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2006 – RATEIO DE AMORTIZAÇÕES PARA RECURSO AO CRÉDITO – Para conhecimento.**-----

**Tomado conhecimento e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

Sobre este assunto foram registadas as seguintes intervenções:

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “ Com todas estas obras em curso quero dar os parabéns À Câmara pela boa gestão dos investimentos públicos. Parabéns ao Executivo Camarário.”-----

**O Senhor Jaime António Bernardino Alves:** “Apesar do poder socialista gerir a autarquia há 4 anos e meio, gostava de mostrar a minha satisfação, porque parte das obras realizadas no concelho, apesar do tempo passado ainda têm a marca do PSD, porque as finanças da Câmara eram boas. Destaco as seguintes: Museu Municipal; Requalificação do Celeiro de Arêgos – Centro de Animação; Reconstrução da Escola Primária da Sede do Concelho; Oficinas

Municipais; Pavilhão Desportivo de S. Martinho de Mouros; Parque Fluvial de Porto de Rei (Honra seja feita ao Prof. Ilídio que é o primeiro responsável da obra); Parque Fluvial de Caldas de Arêgos; Requalificação Urbana da Vila de Resende, iniciada no Largo do Município; Piscinas Municipais Aquecidas e Auditório Municipal, inicialmente projectados para a Granja; Extensão do Centro de Saúde de S. Martinho de Mouros.”-----

**Tomado conhecimento.**-----

**5 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2005:-** Foram presentes, para análise, os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e cinco que se encontram integralmente elaborados de acordo com o definido no POCAL e na Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção. Deles tinha sido distribuído previamente a cada membro da Câmara uma fotocópia. Constatou-se que houve de Receita Orçamental dez milhões novecentos e cinquenta dois mil quinhentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos, de Operações de Tesouraria quinhentos e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e sete euros e dezassete cêntimos, de Despesa Orçamental onze milhões vinte e oito mil cento e trinta e cinco euros e setenta e nove cêntimos, de Operações de Tesouraria quinhentos e vinte e sete mil setecentos e trinta e sete euros e noventa e seis cêntimos, tendo transitado para a gerência seguinte cento e seis mil setecentos e quatro euros e sessenta e um cêntimos de execução orçamental e quarenta e três mil setecentos e oitenta e dois euros e noventa e nove cêntimos da conta de Operações de Tesouraria e seis mil oitocentos e treze euros e dezasseis cêntimos de documentos de cobrança. Do ano anterior tinha transitado cento e oitenta e dois mil duzentos e noventa e sete euros e oito cêntimos de execução orçamental e quarenta e um mil quinhentos e sessenta e três euros e setenta e nove cêntimos de Operações de Tesouraria, além de três mil novecentos e sessenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos.-----

**Aprovados os documentos, por maioria, com cinco votos a favor, sendo um voto do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e quatro votos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e dois votos de abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata.**-----

**Relativamente à matéria em apreço foram registadas as seguintes intervenções:**-----

**Senhor Jaime António Bernardino Alves:** “No que concerne à Situação Patrimonial, Financeira e de Excussão Orçamental gostaria de realçar que nada temos a opor a Esforços de Investimentos, ao crescimento sustentado que tenham em vista a melhoria da qualidade de vida das populações e do nível de satisfação dos munícipes desde que não se ponham em causa o futuro da gestão financeira do município. É essa a nossa perspectiva e defendêmo-la com determinação. Gostava de terminar fazendo uma referência sobre o que se passou nesta assembleia. Mais uma vez fomos insultados. O Senhor. Presidente da Câmara referiu várias vezes a expressão “défice de carácter”. Tal referência dirigia-se à minha pessoa. É pena que o Senhor Presidente não tivesse a coragem de olhar olhos nos olhos quando dizia tais palavras o que demonstra a sua coragem. Pela segunda vez consecutiva o Senhor Presidente da Assembleia Municipal negou-nos a possibilidade de recorrer ao 31º artigo do Regimento da Assembleia, que prevê a defesa da honra. É lamentável o caminho que está a seguir esta Assembleia, que tem tido atitudes preocupantes para a democracia. Se se têm estes comportamentos num contexto democrático, o que fariam num contexto sem democracia? É bom que pensem nisto, os valores e os princípios são a raiz de qualquer político, marcando toda a sua conduta.”-----

**A Líder de Bancada do Partido Socialista:** “Vi atentamente os valores e o volume de obras de anos anteriores. Constato que o executivo camarário conseguiu pagar dos débitos, que vinham do anterior executivo e manter os níveis de endividamento de dois mil e um. Realizou obras por todo o Concelho. Dou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara que é graças a ele e à sua experiência, que isto se consegue.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara:** “Fico perplexo com o que foi dito sobre estas matérias. Devem questionar a situação financeira do município, e não desvalorizar o momento da

aprovação de contas, com a bancada do Partido Socialista temos trocado impressões. Deixo três ou quatro ideias sobre esta matéria. Os activos da Câmara Municipal cresceram fortemente no mandato anterior. As Piscinas Municipais custaram vinte e cinco por cento do investimento mas entraram setenta e cinco por cento de activos patrimoniais. Temos o mesmo nível de endividamento que tínhamos no ano de dois mil e dois. Pagamos o empréstimo do Banco Totta. A utilização da capacidade de endividamento este ano vai baixar e para o ano ainda mais. Podemos liquidar os passivos de médio e longo prazos se as receitas dos parques eólicos entrarem. Se eu antecipar a receita do parque eólico significa que o serviço da dívida pode ser suportado pela receita do Parque eólico. O ano passado tivemos menos receita de IMI e menos receitas de licenciamento. Pode a Região Norte ter mais verbas no crédito no QCA. Em dois mil e catorze os pequenos municípios entram em gestão corrente. É esta a responsabilidade que nos cabe a todos. Nos meses de subsídio de férias e de Natal a Câmara fica a zero. Quando vim para a Câmara não me deram um Ferrari para conduzir. Quando nós queremos fazer política deve ser feita com lealdade. Citando uma figura da Democracia “Francisco Sá Carneiro” dizia que quando se vai para a política se os seus comportamentos sociais não forem dignos, seria um mau político. Este documento é de uma absoluta transparência. Não tenho nenhuma interferência nele. Aquilo que está aqui espelhado é o fim do primeiro ciclo de dois mil e cinco. Não é fácil a situação financeira para as autarquias por motivos de ressecção económica. Estão a ser lançadas as obras de construção do Centro Social Felgueiras, o Centro Cultural de São Cipriano e a Requalificação de São Martinho de Mouros. Há razões para me tranquilizar relativamente ao futuro. A nossa autarquia não precisou de recorrer ao factoring. Que este ano seja um ano de maior contensão.”-----

**O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia** colocou os documentos à votação sendo os mesmos **aprovados, por maioria**, com vinte e nove votos a favor, sendo vinte e quatro votos do Partido Socialista e cinco votos do Partido Social Democrata e seis votos de abstenção deste mesmo Partido (Partido Social Democrata).-----

**Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia.**-----

E eu, \_\_\_\_\_, **Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_